

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 143

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE NOVEMBRO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PFL

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado Valdir Rossoni
PFL..... Deputado Plauto Miró
PTB..... Deputado Valdir Rossoni
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi
PT Deputado Péricles H. de Mello
PDT Deputado Edgar Bueno
PL Deputado Horácio Rodrigues
PSN..... Deputado Emerson Nerone
PSDB.....

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Paulo Gorski - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 90ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
09 DE NOVEMBRO DE 1998
(segunda-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados Joel Coimbra e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 047/98

Curitiba, em 22.10.98.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Luiz Eduardo Carrera Guisantes e outros, herdeiros e sucessores de Manuel Carrera Alvarez, o lote nº 11, do imóvel Campina Alta, com área de 319,4202 ha., situado no Município e Comarca de Tibagi.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de Legislação Federal e Estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área aos seus legítimos ocupantes, que vêm explorando a terra adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgão competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 2.395.866-0/95, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMÍLIA DE SALLES BELINATI

Governadora do Estado, em exercício

MENSAGEM Nº 048/98

Curitiba, em 26.10.98.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a anuir na doação que a Sociedade Beneficente das Senhoras Sírio Libanesas do Paraná pretende fazer ao Município de Campo Largo, do imóvel designado por Lote B-2, com área de 26.000,00 m² (vinte e seis mil metros quadrados) situado na sede daquela Municipalidade, imóvel esse doado pelo Estado aquela entidade.

O plano de lei em referência, originário de solicitação formulada pelo Sr. Prefeito Municipal de Campo Largo, através do Ofício nº 59/98, de 12 de junho de 1998, consulta aos superiores interesses do Estado e da coletividade, eis que visa ensejar condições no sentido de que a Municipalidade construa em atual área de terreno, um Centro de Convivência para Idosos, obra assistencial de significativa importância, finalidade esta atrelada ao imóvel desde a efetivação da doação feita pelo Estado em 1982.

Vale ressaltar que, no texto do presente anteprojeto de lei, constam dispositivos expressos de que o Município deverá cumprir as finalidades a que se destina o referenciado imóvel, no prazo estabelecido, sob pena de automática reversão ao patrimônio do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anuir na doação de imóvel que a Sociedade Beneficente das Senhoras Sírío Libanesas do Paraná pretende fazer ao Município de Campo Largo.

Parágrafo Único - O imóvel a que se refere o "caput" deste artigo é designado por lote B-2, com área de 26.000,00m², situado na sede do Município de Campo Largo, objeto da matrícula nº 8.346 do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca, doada anteriormente pelo Estado do Paraná à mencionada Sociedade Beneficente.

Art. 2º - A área de que trata o art. 1º desta lei, somente poderá ser utilizada pelo Município de Campo Largo na implantação de obra assistencial de amparo ao idoso carente, que deverá estar concluída no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da outorga da escritura de doação, não podendo em tempo algum e a nenhum pretexto, haver modificação na finalidade, sob pena de reverter ao patrimônio do Estado do Paraná, com as benfeitorias nele existentes, independentemente de qualquer indenização, ficando, ainda, gravada com a cláusula de inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

SEGER/NUFIS-2618/98

Curitiba, em 30.10.98.

Senhor Presidente.

Vimos pela presente, solicitar-lhe nova prorrogação de prazo até, 30.11.98, para a entrega dos documentos pertinentes à prestação de contas anual do Banco do Estado do Paraná S/A, BANESTADO S/A - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, Banestado Leasing S/A - Arrendamento Mercantil, Banestado S/A - Participações, Administração e Serviços e Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, relativamente ao exercício financeiro de 1997, tendo em vista que estamos aguardando a finalização do processo de financiamento entre a União e o Estado do Paraná, visando o saneamento financeiro do BANESTADO.

Contando com a compreensão e anuência dessa Casa de Leis, subscrevemo-nos.

Sala das Sessões, em 09.11.98.

(a) MANOEL C. GARCIA CID
Diretor-Presidente do
Banco do Estado do Paraná S.A.

OFÍCIO

Sob o nº 007/98, do Sr. Domingos Tarço Murta Ramalho - Diretor-Presidente do BANESTADO, encaminhando Relatório de Atividades, da Paraná Investimentos S.A., relativo ao período de 01.04 à 30.09.98. **Ao Conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1767

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 427/97 que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM do Colégio Estadual Antonio Raminelli de Cambé/PR, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 09.11.98.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1776

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação do Projeto de Lei nº 173/98, item 06 da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões.

Sala das Sessões, em 09.11.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1757

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Catarina Otto, ocorrido em 31.10.98, em Cruz Machado.

Requer outrossim que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09.11.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, no Município de Cruz Machado, com a idade de 53 anos, a Senhora Catarina Otto, dia 31 de outubro último.

A extinta deixou viúvo o Senhor Victor Otto, 02 filhos e 01 neto.

O passamento de Dona Catarina veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênção a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de Sua serva Catarina.

A distância e o tempo jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Dona Catarina Otto e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Otto, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1758

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Cândido Rossoni, ocorrido em 29.10.98, em União da Vitória.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09.11.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 68 anos faleceu, em União da Vitória, dia 29.10.98, o Senhor Cândido Rossoni.

O extinto deixa viúva Dona Olga Ravello Rossoni, 03 filhos, entre os quais o Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo e do PTB da Assembléia

Legislativa do Estado do Paraná. Deixou ainda, 06 netos.

O passamento do Senhor Cândido Rossoni veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre eles este Deputado.

Cândido Rossoni era empresário do setor madeireiro no Município de Bituruna, onde residia.

Cândido Rossoni, pessoa bastante relacionada que esteve sempre presente nos grandes momentos da Região Sul do Estado do Paraná.

Temos certeza que Deus lhe preparou no céu um bom lugar.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Cândido Rossoni.

A distância e o tempo jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprender Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família de Cândido Rossoni que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará Seu servo Cândido sob sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções, para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

O céu será grande e a paz sobre Cândido Rossoni e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Rossoni, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1760

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Matilde Otília Savoldi, ocorrido em 28 de outubro próximo passado, no Município de Barracão.

Requer ainda, seja dado conhecimento deste ao Senhor Getúlio Savoldi, filhos da extinta, o primeiro à Rua Minas Gerais, 337, em Barracão - PR, e o último à Avenida Principal, em Pinhal de São Bento - PR.

Sala das Sessões, em 09.11.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Nascida em 08 de outubro de 1917, na Cidade de Rodeio Bonito, Rio Grande do Sul, a Senhora Matilde residia em Barracão há mais de 50 anos, onde angariou inúmeras amizade, em razão de sua bondade e prestimosidade para com o próximo.

Seu falecimento representa uma perda inestimável para seus familiares e toda uma comunidade.

REQUERIMENTO Nº 1768

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento de José Milton dos Santos, ocorrido no último dia 08 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Brasil, 520 - CEP 80840-000, Município de - Paraná.

Sala das Sessões, em 09.11.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1769

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento de Márcio José Rodrigues, corrido no último dia 08 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada ao Senhor José Rodrigues Alves, Prefeitura Municipal de Ariranha do Ivaí, CEP 86880-000, Município de Ariranha do Ivaí - PR.

Sala das Sessões, em 09.11.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1770

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento da Professora Léia Valverde Pirolo, ocorrido no último 26 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Alagoas, s/n, CEP 86870-000, Município de Ivaiporã - PR.

Sala das Sessões, em 09.11.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1759

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de General Carneiro pela passagem de seus 37 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Sebastião Sérgio Steptjuk, ao vice-Prefeito, Senhor Sinval Gaiovicz, bem como a todos os Senhores Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de General Carneiro.

Sala das Sessões, em 09.11.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Queremos, nesta oportunidade, homenagear, através do Poder Legislativo do Estado do Paraná, toda a população de General Carneiro, que no próximo dia 19 de novembro festejará mais um aniversário de emancipação política do seu município.

Pois, toda a comunidade é digna de nossa admiração e respeito porque continua dando o melhor dos esforços, com verdadeiro espírito de luta e companheirismo, em favor do seu município.

Que General Carneiro prospere, produzindo frutos, são os sinceros votos deste Parlamentar, para galardão de seus administradores e felicidade de toda a sua população.

REQUERIMENTO Nº 1762

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações à empresa Risotolândia Serviços de Alimentação, estabelecida em Araucária, pela comemoração dos 45 anos de fundação, completados oficialmente no dia 28 de agosto.

Requer também, que do presente se dê ciência ao Senhor Carlos Antonio Gusso, presidente da referida empresa, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Luiz Francheschi, 657 - CEP 83707-070 - Araucária - PR.

Sala das Sessões, em 09.11.98.

(a) ALBANOR GOMES

JUSTIFICATIVA:

A Risotolândia Serviços de Alimentação, líder no setor de refeições coletivas no Paraná, está comemorando 45 anos de fundação. A história de sucesso teve início no ano de 1953, por iniciativa dos pioneiros Carlito e Cenira Gusso, que à época abriram as portas do restaurante Risoto do Xaxim, sendo a especialidade da casa o prato com o mesmo nome, cuidadosamente preparado pela Dona Cenira Gusso.

Em 1975, Carlos Antonio Gusso, atual diretor-Presidente da empresa, assumiu o comando com o objetivo de modernizar a sua estrutura e diversificar os seus produtos, aprimorando também o seu atendimento. Assim, mais tarde surgia o Restaurante Risotolândia, que além da já tradicional refeição, passou a explorar o serviço de "Buffet" para festas em clubes de Curitiba.

Na década de 80, acreditando na consolidação da recém-criada Cidade Industrial, Carlos Antonio Gusso e seu irmão Cláudio José Gusso (atual vice-presidente da empresa), criaram a Risotolândia Serviços de Alimentação, especializada no segmento de refeições coletivas.

Com a sua Unidade Central sediada na Cidade Industrial de Araucária, a empresa conta com a mais completa, moderna e ágil infra-estrutura do setor de alimentação no Paraná, com uma produção diária de 110 mil atendimentos distribuídos em 20 pontos diferentes no Paraná.

Pela significativa contribuição prestada à economia paranaense, a empresa é merecedora de todas as homenagens.

REQUERIMENTO Nº 1766

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Jornal Folha de Londrina, alusivos às comemorações dos seus 50 anos, no próximo dia 13 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao fundador e Presidente do Conselho Administrativo, João Milanez, e ao Diretor Superintendente daquele jornal, Senhor João Antonio Vieira Filho, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Piauí, 241 - CEP 86010-909, Londrina / PR.

Sala das Sessões, em 09.11.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1771

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos

Anais da sessão de hoje, voto de congratulações, alusivos à sua posse na Cadeira nº 18 da Academia Paranaense de Letras, que ocorrerá no próximo dia 17 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à praça Carlos Gomes, 4 - CEP 80010-140, Município de Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 09.11.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1772

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações, alusivos a sua posse na Cadeira nº 20 da Academia Paranaense de Letras, no próximo dia 17 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a rua Oiapoque, 649, bairro Cristo Rei - CEP 80050-450 - Município de Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 09.11.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1777

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro nos Anais desta Casa de Leis, voto de louvor ao Dr. Dálzio Zippin Filho, pelo seu ingresso como Membro Benemérito da Academia Paranaense de Letras Jurídicas do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.11.98.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 1761

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Giovani Gionedis - Digníssimo Secretário de Estado da Fazenda, solicitando a liberação dos recursos destinados às Instituições Estaduais e Ensino Superior.

Sala das Sessões, em 09.11.98.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

A recente determinação de suspender a liberação dos recursos destinados às instituições de ensino superior, está provocando seriíssimos problemas nessas entidades, que além de estar sem recursos para o custeio de suas atividades, já

começaram enfrentar ameaças de cobranças e protestos judiciais.

Informações chegadas ao nosso conhecimento dão conta de que se tal situação persistir, essas entidades correm o risco de não conseguirem prosseguir nas atividades do ano letivo em curso, gerando daí conseqüências negativas imprevisíveis.

REQUERIMENTO Nº 1774

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sra. Helena Ferreira dos Santos, residente à rua Rio Tanguá, nº 44 - Jardim Rafaela, que solicita a passagem da máquina e colocação de saibro nessa rua. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 757-2174.

Sala das Sessões, em 09.11.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1775

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido da Sra. Ivone Andrade, residente à Rua Jacob Fedalto, nº 491, Vila Tarumã, que solicita urgência quanto a colocação de manilhas em frente à sua residência. O pedido já foi feito e não atendido. A Sra. Ivone já adquiriu as manilhas e aguarda a colocação das mesmas. Muitos problemas vêm ocorrendo com o esgoto. As manilhas antigas, de 40 cm, já foram retiradas e necessitam ser substituídas pelas de 60 cm. Se necessário, recomendamos um contato com a requerente pelo telefone 372-4153.

Sala das Sessões, em 09.11.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 438/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a doar à Associação de Moradores da Vila Rosa, entidade de Utilidade Pública, parte do imóvel registrado sob nº 9113, fls. 32, do Livro 3-J do Registro de Imóveis e Títulos de Documentos, situado no Município de Jacarezinho, Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O imóvel a que se refere o "caput" do artigo será utilizado pela entidade, objetivando o desenvolvimento das atividades de assistência social, educação e promoção humana, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se sem efeito e revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham a ser edificadas ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando ainda agravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.98.

(a) BETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa autorizar o Poder Executivo a proceder a doação de parte do imóvel de sua propriedade para a Associação de Moradores da Vila Rosa, com sede e foro no Município de Jacarezinho, Estado do Paraná.

Parte do imóvel, com área de 5.369,31 m², situado na Vila Rosa, do Município de Jacarezinho, se encontra em estado de abandono, denotando sua inutilidade, no que diz respeito ao atual proprietário.

A Associação pretende desenvolver suas atividades de promoção humana, assistência social e outras, no sentido de proporcionar qualidade de vida e perspectiva de desenvolvimento pessoal e comunitário.

Dada a importância das ações a serem implementadas e os benefícios advindos para a coletividade, o presente projeto de lei certamente receberá o apoio necessário desta colenda Casa e a sanção do Chefe do Poder Executivo.

PROJETO DE LEI Nº 439/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Instituto Gralha Azul, com sede e foro em Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.98.

(a) BETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Gralha Azul se caracteriza por sua ação voltada para o desenvolvimento integral da pessoa humana, através de ações que envolvem

estudos e projetos nas mais diversas áreas do saber e do agir humano. O IGA se propõe a estudar a realidade - em escala local, regional, nacional e internacional, e a articulação de meios institucionais e tecnológicos para sua transformação em favor do desenvolvimento sustentado, da justiça social, da qualidade de vida e da preservação do meio ambiente.

O IGA tem por finalidades específicas a elaboração de pesquisas, estudos e projetos, bem como o planejamento e execução dos mesmos em benefício do homem e da sociedade.

Os documentos apresentados se encontram nos termos do disposto pela legislação em vigor e a concessão do título de Utilidade Pública em muito beneficiará a ação da entidade em seus propósitos estatutários e institucionais.

PROJETO DE LEI Nº 440/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Nossa Senhora de Lourdes, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.98.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública Estadual, com sede e foro à rua Nunes Machado, s/nº, junto à Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, foi fundada em 15 de março de 1991.

A Creche Nossa Senhora de Lourdes é uma entidade de caráter assistencial sem fins lucrativos, tendo seus estatutos devidamente registrados no Cartório Privativo de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca, conforme infere da certidão que acompanha esta proposição. Tal entidade tem por finalidade proporcionar o bem estar do menor provindo de famílias carentes da região, com atendimento às necessidades básicas da saúde, educação, higiene, através de vários trabalhos que estimulam a coordenação motora das crianças, as atividades pedagógicas, programas de orientação sanitária, nutrição (alimentação), segurança social, amor e compreensão, visando o desenvolvimento saudável da criança, ao mesmo tempo em que fortalece a integração do menor na sociedade.

A documentação que instruiu o projeto anexo atende todos os requisitos da Lei 6994/78 que dispõe sobre a matéria, razão pela qual esperamos o

apoioamento dos nobres Pares desta Casa Legislativa, para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 441/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criada a CIRETRAN, no Município de São José dos Pinhais, com abrangência nos Municípios de Agudos do Sul e Tijucas do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.98.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Se faz necessária a criação da CIRETRAN no Município de São José dos Pinhais, pelo grande número de carros existentes no município, com abrangência para Agudos do Sul e Tijucas do Sul, facilitando e melhorando o serviço para a população dos referidos municípios.

O SR.PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças

(Declinam).

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Presidente do BANESTADO, constante do expediente, solicitando nova prorrogação de prazo até 30.11.98, para a entrega dos documentos pertinentes à prestação de contas anual do Banco do Estado do Paraná S/A, BANESTADO S/A - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, BANESTADO Leasing S/A - Arrendamento Mercantil, BANESTADO S/A - Participações, Administração e Serviços e Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, relativamente ao exercício de 1997. **Aprovado. À Diretoria de Assistência do Plenário, para os devidos fins.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constantes do expediente. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente.

Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL do Projeto de Lei nº 348/98, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Regional de Suinocultores do Oeste (Asuinoeste), com sede e foro na cidade de Toledo. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 116, de 25.08.98)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL do Projeto de Lei nº 361/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva Vila Guay, com sede e foro no Município de Ibaiti. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 121, de 01.09.98)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL do Projeto de Lei nº 367/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 041/98, que autoriza o Poder Executivo a doar à Escola Especializada Primavera, imóvel de propriedade da FUNDEPAR, conforme especifica. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 123, de 14.09.98 - Mens.)**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL do Projeto de Lei nº 395/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Movimento Gnóstico Cristão Universal do Brasil na Nova Ordem, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. D.A. nº 127, de 07.10.98)**

ITEM 05

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que acrescenta número 2, ao Inciso IV, da Lei nº 11.110, de 13 de outubro de 1992, que alterou a Lei nº 8.933, instituidora do ICMS. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2.^a DISCUSSÃO. **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Emenda - **Aprovada.**
Projeto - **Aprovado.**

ITEM 06

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 173/98, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza

o Poder Executivo a instituir o plano de carreira dos Servidores Públicos Cíveis, Regidos pela Lei Federal nº 5.194/66. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2.^a DISCUSSÃO.

Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, gostaria de saber o teor da Emenda.

O SR. 2º SECRETÁRIO (**Luiz Carlos Alborghetti**)
(**Leitura da Emenda**).

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, lhe confesso que não tenho avaliação da abrangência desta Emenda. O Deputado Geraldo Cartário, que é autor do projeto poderia inclusive relatar a esta Casa?

Estamos criando cargos para enquadramento e não temos definição dos cargos, simbologia, valores.

Gostaria que o autor nos fizesse tomar conhecimento para podermos votar.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

A Emenda é oriunda da C.C.J..

O SR. GERALDO CARTÁRIO (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, eu me comprometo a fornecer ao Deputado Caíto Quintana, logo que possível, o projeto completo, inclusive com a alteração feita pela C.C.J. já na primeira apresentação do projeto, tão logo seja possível encaminharemos ao gabinete do Deputado Caíto Quintana.

O SR. DOUTOR ROSINHA (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente e Senhores Deputado, esse projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário, já na primeira ocasião em que foi votado a constitucionalidade, votamos contra o projeto por entendê-lo como inconstitucional.

É um projeto que fixa, estabelece um plano de cargos e salários e isso é iniciativa do Poder Executivo, não pode ser iniciativa do Legislativo.

E o que é ainda interessante, vamos dizer assim, é que estabelece como regido pela Lei Federal nº 5194/66, quer dizer, após essa lei já vivemos no nosso País várias mudanças, uma dessas mudanças inclusive diz respeito ao Regime Jurídico Único do Servidor Público Federal, nós temos que nos pautar por Lei Estadual e não por Lei Federal.

Um outro detalhe, não tenho o projeto em mãos, mas o artigo 2º ou o artigo 3º o projeto estabelece que o número de vagas será criado de acordo com as necessidades do Poder Executivo.

Ora, Senhor Presidente, este Parlamento passa um cheque em branco ao Poder Executivo dizendo que as vagas serão tantas quanto o Poder Executivo queira, sem levar em consideração como que vai se comportar o Poder Executivo quais as pessoas que terão ou não terão mérito a essas vagas.

Quer dizer, acho que é um projeto que no mérito ele venha a lesar, inclusive, o Poder Público. Nessa situação é impossível votar favorável ao tal projeto. É impossível para aceitarmos esse tipo de proposta de lei que está sendo votado agora, por isso voto contrário.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, há questão de dez dias, estivemos na tribuna fazendo ver aos nossos Deputados ao Paraná, a Assembléia e ao Governo, que não poderíamos votar alguma coisa de interesse de funcionários públicos de outros Poderes, ou do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça, ou do Executivo sem mexermos nos quadros da Assembléia Legislativa.

Não é justo que essa Casa aprove tudo de todo mundo e esqueça os nossos funcionários. Faria um apelo a Vossa Excelência que retire de pauta esse projeto, não discuto o mérito se são os engenheiros do DER que estão defasados, ou se precisam de aumento, ou se foram sacrificados ou não foram; o que interessa é que os funcionários da Assembléia estão sendo marginalizados e nós não podemos discutir projeto, Senhor Presidente, de interesse de outros funcionários, principalmente agora que diz que o Governo ia anunciar um plano do IPE, taxando os aposentados, taxando uma contribuição previdenciária como o Governo Federal vem anunciando e empacotando o povo brasileiro goela abaixo.

Acho que seria de bom alvitre que retirássemos e esperássemos esse projeto de alteração do Instituto de Previdência do Estado para fazermos um bolo geral e retirarmos...

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Solicito a Vossa Excelência que requeira por ofício.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI (**Pela Ordem**)

Requeiro a Vossa Excelência neste instante a retirada desse projeto para que todos os Deputados possamos chegar no final do ano e dizermos aos nossos funcionários: cumprimos com a nossa obrigação, ao menos de "levantarmos a lebre". E se a Assembléia for incapaz de atender os nossos funcionários e atenda só os do Governo, o problema não será meu, será dos Deputados que não concordem em atender os funcionários da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Solicito a Vossa Excelência que diga quantas sessões deseja que sejam retiradas.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI (**Pela Ordem**)

Cinco sessões.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Para cinco sessões, em discussão o requerimento do Deputado Annibelli.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão.

Aprovado. Está retirado por cinco (05) sessões.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 038/98, que aprova crédito suplementar no valor de R\$5.474.086,00 (cinco milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil e oitenta e seis reais), e ajuste de obras no valor de R\$7.934.086,00 (sete milhões, noventa e trinta e quatro mil e oitenta e seis reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 693/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que institui a Região Metropolitana de Ponta Grossa e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 213/97, de 02.12.97)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 693/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, tem por objetivo instituir a Região Metropolitana de Ponta Grossa e dá outras providências.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Sessões, em 03.11.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 356/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. George Aniz El Khury. COM PARECER

FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 123/98, de 01.09.98)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 356/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Joel Coimbra, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. George Aniz El Khury.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Sessões, em 27.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

PAULO GORSKI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/98, que aprova reajuste no Programa de Obras no valor de R\$960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais), ao vigente orçamento da FUNDEPAR, conforme específica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 123/98, de 14.09.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 363/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar ajuste no Programa de Obras no valor de R\$960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais), ao vigente orçamento da FUNDEPAR, conforme especifica.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, na forma da emenda anexa.

Sala das Sessões, em 20.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 363/98

Fica alterado o Anexo I, do Projeto de Lei nº 363/98, que passa a vigorar com os seguintes acréscimos de obras:

ACRÉSCIMO DAS OBRAS	A N E X O I ANEXO	FL.01 R\$ 1,00
------------------------	----------------------	-------------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROC.
4300	Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional			
4330	Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR			
2158	Infra-Estrutura e Apoio Logístico à Rede Escolar e ao Estudante			
138	Arapongas			
0039	Construir uma Usina de Conhecimento (A)	25	144.000	1543
280	Curitiba			
0006	Construir Universidade do Esporte (A)	25	246.000	1543

330	Foz do Iguaçu			
0040	Construir uma Usina de Conhecimento (A)	25	144.000	1543
600	Paranavaí			
0041	Construir uma Usina de Conhecimento (A)	25	144.000	1543
700	Rio Negro			
0042	Construir uma Usina de Conhecimento (A)	25	144.000	1543
	Maringá			
	Obras de melhoria no Colégio Unidade Pólo	25	138.000	1543

TOTAL		TES.	960.000	
		O.F.	0	

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Em votação.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria da atenção de Vossas Senhorias porque pedi, Para Encaminhar, em função de um fato concreto, que acho que é necessário chamar a atenção desta Casa. Estamos votando uma verba suplementar de 960 mil reais, mensagem do Poder Executivo. Tal mensagem foi analisada na Comissão de Constituição e Justiça, onde recebeu parecer favorável.

Chamo a atenção, na página 14 da publicação da última sessão, na 5ª Feira, nós tivemos o parecer da Comissão da Constituição e Justiça que diz o seguinte: "Assim sendo, somos de parecer favorável". Logo em seguida está manuscrito, ou seja, foi feito após a reunião da CCJ, na forma da emenda anexa. Estou na CCJ há cerca de dois anos, junto com outros Parlamentares.

Sempre que é apresentada uma emenda a qualquer projeto de lei, naquela comissão, esta emenda vem assinada com a assinatura do relator. Ele dá o parecer e assina. Na CCJ, neste dia, não existia emenda anexa. A Presidência da CCJ tem que responder por isto. Poste-riormente, com manuscrito, foi colocado uma emenda anexa. E o que diz a emenda anexa, na mensagem do Governador, estabelece que será suplementar 384 mil é rebaixado, é diminuído para 246 mil e acrescenta obras de melhoria, obras de melhoria no Colégio de Unidade Polo de Maringá no valor de 138 mil. Esta

emenda não foi discutida na CCJ. O valor legal a ela é que questiono e peço aos Senhores Deputados que não se vote esta emenda. Ela foi colocada "a posteriori", após ser aprovado o parecer da CCJ. Isso não tem assinatura do relator do projeto. Foi feito nos bastidores da Comissão, após todos os Deputados terem assinado o parecer favorável.

É falta de responsabilidade da Comissão, principalmente daquela Presidência. Este Parlamento não pode admitir que após aprovado um Parecer ele seja rasurado e acrescentada uma emenda que não existiu, chamo a atenção para isso. Estamos na 1ª Votação, votaremos a mensagem do Senhor Governador, porém a emenda não tem valor legal porque ela não foi analisada na Comissão de Justiça. É para isso que chamo a atenção dos Senhores Deputados.

Sobre a Comissão de Finanças, veio um parecer desta Comissão que não relata absolutamente nada sobre a existência desta emenda, o que demonstra que esta emenda foi feita não no projeto original mas depois de ter sido analisado inclusive pela Comissão de Finanças que deu parecer favorável à mensagem governamental. A Comissão de Finanças não opina sobre a emenda, acho que a emenda foi colocada depois de analisada na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Joel Coimbra.

O SR. JOEL COIMBRA

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O procedimento do Deputado Rosinha revela um estilo que muito se assemelha ao estilo do velho Deputado, José Bonifácio de Andrade, da antiga

ARENA, que, naquele tempo, quando ele iniciava o debate com seus opositores, ele já chamava seus opositores de comunistas. Porque como o comunismo era o grande bicho-papão, criado na época pelos militares, essa estratégia de chamar todos de comunistas era como uma tábua de salvação para que ele pudesse ficar apenas na superfície da discussão, sem se aprofundar no núcleo do assunto que dava importância ao debate.

Tenho percebido que o Deputado Rosinha, embora combativo, toda vez que ele vem ao Plenário, que quer discutir com um companheiro ele, valendo-se desta onda de incredulidade que se bate sobre os políticos, a primeira coisa que ele faz é insinuar a inedoneidade de seus companheiros. Já participei de debates onde o Dr. Rosinha chegou a dizer que o Legislativo estava falido, sem explicar porque ele participara desta instituição falida. Já participei de debates onde o Dr. Rosinha criticou a própria Comissão de Direitos Humanos por fatos que ele sequer tinha conhecimento.

Então essa estratégia de querer atribuir à CCJ deslealdade, desonestidade, é uma estratégia que não valoriza o Parlamento e é uma estratégia que devemos repudiar, mesmo se tratando de um Deputado combativo como o Dr. Rosinha. É preciso esclarecer que a Emenda a que ele se refere teve proposição e tramitação regular. Foi apresentada, inclusive com o conhecimento do Presidente Anibal Khury e do Presidente Zuk, que estavam presentes na ocasião, para atender uma situação urgente de um colégio de Maringá que estava passando por dificuldades, inclusive os alunos fazendo refeições ao ar livre, sentados em calçadas porque não tinham refeitório.

A Emenda, aproveitando suplementação da FUNDEPAR procurou destinar recursos para este colégio. Acontece que logo em seguida, em conversa com o Secretário Segismundo, verificamos que ele foi sensível a questão, e ele solicitou que retirássemos a Emenda, porque ele se comprometia em destinar os recursos para a obra, o que foi feito. E na primeira sessão em que o Projeto veio à discussão, pedimos ao Presidente Zuk que retirasse o Projeto em votação. Apenas porque houve uma questão de ordem todo o Projeto foi tirado. Mas na verdade, naquela ocasião, a Emenda foi retirada de votação.

Mas, Senhor Presidente, o que o Deputado Rosinha chama de desonestidade é um procedimento que pode, às vezes, ser formalmente não recomendado. Mas que é comum na Comissão de Justiça, onde o principal objetivo é a agilidade das votações e da discussão. É evidente que naquela proposta, a nossa Emenda foi levada à Comissão de Justiça, foi lida, foi discutida e foi colocado a caneta na forma da Emenda anexa. Mas não é só nesse Pro-

jeto que foi colocado isso. Temos também um outro projeto, o de nº 370/98, onde temos um voto em separado do Dr. Rosinha, onde ali também foi corrigida a data, onde está escrito 27 de outubro, foi colocado 03 de novembro.

Temos também o projeto do Deputado Renato Adur que está sendo colocado em votação aqui, onde também foi feita a correção a caneta e também foi feita na forma da Emenda anexa. Isso tem acontecido sempre, e não é por deslealdade, é por praticidade, por simplicidade. Se o Dr. Rosinha estivesse prestando atenção nessa ação, se não estivesse conversando com sua assessoria ou atendendo o seu telefone celular, procedimento, que aliás, não é permitido na CCJ, com certeza, ele teria tido a oportunidade de analisar a questão e não estaria cometendo essa deslealdade com a Casa aqui. Em síntese, o Projeto, a Emenda visou dar recursos para um colégio de Maringá, foi retirado já, a nosso pedido em virtude de um entendimento com o Secretário da FUNDEPAR, e se por acaso não consta o pedido, gostaria que fosse constatado agora, por último a anotação, a rasura, o acréscimo, ela obedece a um procedimento que é comum na Comissão de Constituição e Justiça, que sempre marcou pela lealdade, pela responsabilidade e pela lisura.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Consulta V. Exa. se está retirando a Emenda?

O SR. JOEL COIMBRA

Sim, porque a retirada já foi feita desde a primeira colocação do projeto em votação.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, acho que a questão levantada pelo Deputado Rosinha, merece uma atenção especial. Aqui na Assembléia, todos os encaminhamentos, a exemplo do que o senhor pediu ao Deputado Annibelli que encaminhasse por escrito, de maneira formal o Requerimento, da mesma forma achamos que qualquer Comissão dessa Casa tem que proceder dessa forma, mesmo porque tem tempo para fazê-lo. Acho que a denúncia levantada pelo Deputado Rosinha, que nos remete a uma avaliação da votação da Ordem do Dia, da questão da Emenda apresentada na CCJ, carece de uma investigação por parte da Mesa Executiva. Não podemos transformar em regularidades, rasuras, anotações aqui, acolá, como se fossem atos concretos e perfeitos e formais dessa Assembléia Legislativa. Carece a denúncia do Deputado Rosinha ser encaminhado à Comissão Executiva uma investigação dos documentos.

(**Vozes paralelas**)

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

O tema que estamos discutindo, já foi prorrogado da semana passada. Foi quando o governador encaminhou a esta Casa um Pedido de Ajuste Orçamentário. E neste Ajuste Orçamentário, eu, inclusive, não obstante a presteza do ilustre Deputado Valdir Rossoni que trouxe explicações do Secretário Especial da FUNDEPAR não me convenceu. Em contato que mantive com o Prefeito de Pato Branco, Dr. Alcení Guerra, a informação é que esta obra que está sendo eliminada de Pato Branco ainda não iniciou. Contestando assim as informações por escritas do Secretário Especial da FUNDEPAR.

Por isso, Senhor Presidente, além da transferência de uma obra fundamental de Pato Branco, as outras obras Francisco Beltrão, Cascavel, Araucária vem agora à luz da nossa apreciação um fato gravíssimo levantado pelo Dr. Florisvaldo Fier, que é na verdade a dúvida que nos deixa em relação a apresentação dessa emenda extemporânea e que, conforme relato do Dr. Florisvaldo Fier, membro da CCJ, não passou pelo crivo da CCJ. Por isso, vou votar contra esse Projeto de lei e recomendo aos meus companheiros que assim também votem, para que essa Assembléia que tem a responsabilidade e a obrigação de fazer e fazer com clarividência, com firmeza as votações aqui, para que não parem as dúvidas. Que a ordem dos fatores alteram o resultado.

Por isso voto contra, Senhor Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só para esclarecer o Deputado Nereu Moura e reafirmar os esclarecimentos que já fizemos por escrito ao Deputado e ao Deputado Augustinho Zucchi, que não está havendo nenhum cancelamento de obras. E as informações que temos são do Deputado Augustinho Zucchi que, lendo a justificativa feita pelo Superintendente da FUNDEPAR, aceitou as explicações.

Outra questão que é importante que entenda que não é eventual problema de licitação ou falta de documentação, é claro, que a FUNDEPAR tem que tomar as medidas necessárias para que obras, já em execução, não sejam paralisadas. Foi este o procedimento feito pela FUNDEPAR. O que está se entendendo, que o Deputado está querendo dizer é que está se cancelando obras, como ele se referiu em outro pronunciamento, devido a eleições. Infelizmente não é esse o procedimento da FUNDEPAR, prova disso que em todo o Paraná estamos executando obras onde Deputados sendo de Oposição e também de Prefeitos adversários ao Governador Jaime Lerner. Fica aqui a garantia da Liderança do Governo que não serão cancelados

obras devido eleições, mas sim para remanejamento e adaptação do Orçamento da FUNDEPAR.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Em votação o projeto.

Aprovado.

O SR. NEUREU MOURA (**Pela Ordem**)

Voto contrário, Senhor Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar o meu voto contrário também, por uma questão regional e dizer que nesta Casa fica registrado o compromisso com o Deputado Valdir Rossoni, em nome do Governo, que retira a verba orçamentária, porém a obra será contemplada no próximo exercício.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar meu voto contrário pois está prejudicando a Cidade de Cascavel.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Registrados todos os votos contrários.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a Lei nº 5.503, de 03 de fevereiro de 1967, que cria a Caixa Econômica Estadual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 123/98, de 14.09.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 370/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo alterar a Lei nº 5.503, de 03 de fevereiro de 1967, que criou a Caixa Econômica Estadual.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.11.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 370/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade alterar

a Lei nº 5.503, de 03 de fevereiro de 1967, que criou a Caixa Econômica Estadual.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o Regimento Interno, não encontrou nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 04.11.98.

(aa) ALBANOR GOMES - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 370/98

VOTO EM SEPARADO

O projeto de lei em tela visa alterar a Lei nº 5.503/67, reativando a Caixa Econômica Estadual, injetando-lhe inicialmente cem milhões de reais (100.000.000,00), para cobrir as despesas de instalação e funcionamento da referida instituição financeira.

Destaca-se inicialmente que o projeto é inconstitucional por vício de origem, uma vez que cria despesas e implica em remanejamento de recursos. É curial que a iniciativa de tais proposições são privativas do Poder Executivo.

Ademais, ainda que se queira invocar natureza autorizatória à proposição em epígrafe, tal evocação não sana o vício. Cabe salientar que embora esta Comissão tenha firmado posição pela admissibilidade de projetos autorizatórios, vale lembrar que esta Comissão não tem competência para definir critérios de constitucionalidade, e sim cabe a ela tão somente aferir a constitucionalidade ou não das proposições que lhe são submetidas à apreciação em face ao que dispõe a Carta Magna Federal e Estadual.

Por outro lado, sem querer fazer um juízo de mérito, salienta-se que é um contra-senso político ativar uma nova instituição financeira no Estado, dispondo da vultosa quantia de cem milhões de reais, ao mesmo tempo em que se está vendendo o Banco BANESTADO, uma instituição com mais de 70 anos de tradição no mercado. A população no mínimo irá questionar a sanidade de tal iniciativa.

Face ao exposto, pela flagrante inconstitucionalidade e absoluta inconveniência e inopportunidade da proposição, o voto em separado é contrário.

Sala das Comissões, em 03.11.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DOUTOR ROSINHA - Relator

(A Lei nº 5.503/67, está publicada no final desta Ata).

Aprovado.

O SR. VALDIR ROSSONI **(Pela Ordem)**

Gostaria de colocar uma posição particular minha quanto a esse projeto.

É importante que se diga neste momento em que votamos aqui apenas a alteração de um artigo, de uma lei que foi aprovada em 1967, a Lei nº 5.503, porque tenho uma posição, particularmente, contrária, que o Poder Público detenha o poder e que tenha a maioria das ações de qualquer instituição financeira, pois eu sou um defensor da privatização do BANESTADO.

O SR. CAÍTO QUINTANA **(Questão de Ordem)**

Queria registrar, também, uma posição ao inverso do Deputado Rossoni. Por defender a tese de que o Estado necessita de um instrumento que seja o braço financeiro do Governo, e que muitas e muitas obras e convênios, não podem ser assinadas sem que o Governo tenha um instrumento que autorize fazê-lo. Até porque, Deputado Rossoni, a Assembléia não estará criando uma Caixa Econômica, estará apenas concordando de que haja a criação de uma caixa pública no Estado do Paraná, a exemplo do que acontece em outros Estados e isso será uma definição que o Banco Central terá que fazê-lo. Evidentemente, não somos nós a criar, é que votamos favorável e para mantermos, também, a coerência, como defendemos a permanência do Banco do Estado do Paraná como banco público, somos a favor das instituições financeiras públicas que possam ajudar o desenvolvimento do nosso Estado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Quero justificar o meu voto favorável à criação da Caixa Econômica Estadual. Creio que na medida que o Governo e esta Casa já aprovaram aqui a privatização do BANESTADO, que não é desejado, mas aprovaram, eu creio, que é imprescindível para o Estado do Paraná e o Governo do Paraná a criação de uma Instituição Financeira, para que o estado possa efetivamente ter um instrumento que possa alavancar o nosso Estado.

Por isso, as mesmas razões que levaram a criação do Banco do Estado do Paraná há 60 anos, se justificam na medida que este projeto, que já é um projeto com mais de 30 anos e que volta à tona por obra de iniciativa do Presidente desta Casa, o Deputado Anibal Khury. Creio que esta Casa deve aprovar este projeto, porque é um projeto extremamente oportuno e que vai servir, sem dúvida nenhuma, como Instrumento de Fomento à economia paranaense, à geração de empregos, através de Progra-

mas Habitacionais e, fundamentalmente, para gerir os recursos públicos do Estado do Paraná. Até por que, certamente, esta Casa votar uma lei que tornará obrigatória, que os recursos do Estado, seja ele do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário, possam na verdade transitar pela Caixa Econômica Estadual.

Por isso que essa iniciativa é extremamente importante e creio que esta Casa deve votar favoravelmente.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

É importante que se ressalve que este projeto já foi votado. Só justifiquei uma posição minha futura.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

O projeto já foi aprovado. Se alguém quer justificar o voto, está com a oportunidade de justificá-lo mas o projeto já está aprovado.

O SR. ROSINHA (Justificando o Voto)

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores, desde o início desta legislatura, temos defendido todas as estatais paranaenses. Estamos colocando posição contrária à privatização e no último semestre estivemos aqui discutindo a respeito do BANESTADO. Ângelo Vanhoni, além de se colocar contrário a privatização do BANESTADO, trouxe uma série de denúncias e de irregularidades que têm ocorrido no BANESTADO.

Em função disto, a nossa bancada, defendendo o BANESTADO, ele não foi privatizado ainda, é possível continuar como um Banco público. Defende a continuidade do Banco do Estado do Paraná, como um Banco que vem atender o desenvolvimento do nosso Estado, tanto social como econômico e pode ser um Banco de Fomento. A nossa Bancada permanece na defesa do BANESTADO, mas no entanto somos contra o projeto do Deputado Anibal Khury, que altera a Lei nº 5.503, que criou a Caixa Econômica, suplementando-a em 100 milhões de reais.

Por isso a nossa Bancada se coloca contrária a este expediente, porque achamos que hoje o instrumento está na mão, não precisa ser formado, durar dois, três, quatro anos, para se criar um instrumento de fomento, quando o temos em nossas mãos, e esse instrumento se chama BANESTADO. Pela defesa do BANESTADO, como Banco público, somos contrários à criação da Caixa Econômica.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Para justificar o seu voto, com a palavra, o Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO

Senhor Presidente, gostaria de ter discutido, mas já que não me foi dada possibilidade em virtude do som, faço agora o uso da palavra para dizer que sou contrário ao projeto em discussão. A iniciativa desta lei foi do governador Paulo Pimentel.

O Deputado, Líder Rossoni, falou agora, trinta anos atrás. Acho inoportuno que a Assembléia que votou agora há pouco a autorização para o governador privatizar o BANESTADO em função das bandalheiras do Banco oficial durante os vários governos que se sucederam. Sou favorável à privatização e por isso especialmente, não vejo porque a mesma Assembléia votar favoravelmente à criação de uma Caixa Econômica Estadual e me assusta, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o valor de cem milhões de reais que o projeto prevê. Fica autorizado o Poder Executivo a abrir créditos especial de cem milhões de reais.

Ora, Senhor Presidente, o governo não está podendo cumprir, por falta de recursos, obras, objeto de entendimento da Bancada governista de 1997. Dois anos, prefeituras iniciaram obras e não recebem. Contratarem e não receberam, por falta de recursos do Tesouro do Estado, especialmente Senhor Presidente, e faço referência a obras que são e foram objeto de entendimento de dois anos atrás, com deputados da Bancada governista. Não vejo agora, com a falta de recursos, com a imprensa a anunciar no Brasil inteiro e todos os Estados, redução das despesas do setor público. Não vejo como arrumarmos cem milhões de reais, antes de honrarmos, Senhor Presidente, as obras, os convênios que estão aí, para serem executados, cumpridos pelo governador do Estado e por nós. Existe a nossa palavra, o nosso compromisso com essas obras que vão há dois agora. Aí espera-se. Está "se levando na barriga", obras intransferíveis, necessárias e onde vamos arrumar cem milhões agora, para funcionar uma suposta Caixa Econômica Estadual?

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 379/98, de autoria do Deputado Renato Adur, que dispõe sobre a contratação de músicos paranaenses e execução de músicas produzidas no Estado em eventos e programas de rádio e televisão. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 123, de 14.09.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 379/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Renato Adur, tem por objetivo dispor sobre a contratação de músicos paranaenses e execução de músicas no Estado em eventos e programas de rádio e televisão.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, na forma da emenda anexo.

Sala das Comissões, em 03.11.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL PROJETO DE LEI Nº 379/98

Art. 1º - Fica obrigada a contratação de músicos paranaenses e a execução de músicas produzidas no Estado do Paraná, em todos os eventos musicais, nas programações e contratações de rádio difusão e televisão do Estado, nos quais as empresas e autarquias públicas e o Poder Executivo do Estado e dos Municípios tenham participação.

§ 1º - No mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das despesas dos músicos nos eventos de que trata o "caput", serão destinados à contratação de músicos paranaenses.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação desta, assegurada a participação das entidades da sociedade civil interessadas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03.11.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

O SR. RENATO ADUR (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, temos aqui nesta Casa, os músicos Caio Canhoto e o Cabelo que vieram nos brindar com uma apresentação musical. Se V.Exa. permitir, estão dispostos para fazer uma apresentação aos nossos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Esta Presidência abre uma exceção para que os músicos paranaenses possam nos brindar com duas músicas.

Convidamos os músicos Cabelo e Caio Canhoto para que possam nos brindar com duas músicas paranaenses.

(É feita a apresentação)

Muito obrigado aos artistas-músicos paranaenses pela presença de vocês na tribuna, pela canção. Na verdade, os Deputados acabaram de aprovar um projeto de lei, onde obriga o Governo do Estado dar prioridade, em parte das contratações artísticas, para valorizar a nossa arte, a nossa cultura e o artista paranaense.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (**Pela Ordem**)

V.Exa. já disse o que eu queira dizer. E este Projeto do Deputado Renato Adur, e V.Exa. há de concordar comigo, que estou cansado de ver o prestígio com todo respeito que tenho a todos os atores, a todos os músicos brasileiros, mas o Paraná sempre é cobaia. Se der certo aqui o cantor, o ator explode no Brasil inteiro. Então a maioria vem para cá, para o Teatro Guaíra.

Vejo, Deputado Pessuti, a divulgação constante para os artistas de São Paulo, do Rio e de outros quadrantes brasileiros e sempre o artista do meu Estado do Paraná, como o Tatara, esses jovens, artistas caboclos que têm raízes no sertão, que cantam a música sertaneja que corre no sangue de qualquer brasileiro radicado neste Estado. Quando vejo, artistas de nomes que plantam no teatro a nossa cultura, lamentavelmente, não recebem apoio financeiro, não o recebem absolutamente nada, são jogados para o lado de fora. Então, parabeno o Deputado Renato Adur, por esse Projeto e confirmo as palavras do meu Presidente Neivo Beraldin. Até que enfim, espero que esse projeto seja colocado, não seja vetado pelo Sr. Governador, que o Senhor Governador não terá esse direito de rasgar a Constituição do Estado do Paraná, a Bandeira do meu Estado, na cara, na face dos artistas do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar, não só em meu nome pessoal, mas em nome da Bancada do PMDB, as nossas congratulações ao Deputado Renato Adur por essa iniciativa, cumprimentar o Caio e o Canhoto por terem interpretado aqui, sem sombra de dúvida, uma das maiores composições da Música Sertaneja, composição do Goiá, gravado em primeiro momento por Belmonte Amarai, através do seu Chantecler, e registrar aqui também, com muita alegria, a presença entre nós de uma pessoa que já faz parte, não só por ele, mas principalmente por causa de seus pais, mas faz parte da história do Paraná, a presença do Ivan, filho de Nhô Belarmino e Nhá Gabriela, que, sem sombra de dúvida, fizeram a história da Música Sertaneja, da Música Raiz do Estado do Paraná.

Faço esse registro, porque, sem sombra de dúvida, a iniciativa do Adur tem fundamentação, nós, os Parlamentares, temos que defender os nossos companheiros, os nossos artistas paranaenses, e evidentemente que não só a Música Sertaneja, mas todos aqueles que atuam na música popular paranaense devem ser prestigiados.

Mas, meus cumprimentos ao Caio e ao Canhoto por terem trazido, hoje, uma das músicas mais conhecidas e mais popularizadas já dentro do sertanejo que é Saudades da Minha Terra, que pela vez primeira foi gravada pelo Belmonte Amarai.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Esta Presidência também quer se associar com o Deputado Orlando Pessuti, com votos de boas-vindas, e também ao Deputado Alborghetti, com os votos de boas-vindas ao Ivan, filho do nosso saudoso Nhô Belarmino e Nhá Gabriela. Seja bem-vindo, Ivan.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1747, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1757 a 1759, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1760, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1761, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1762, de autoria do Senhor Deputado Albano Gomes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1767, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1766 e 1768 a 1772, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1774 e 1775, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1777, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 515/97; 274, 376, 389 e 402/98.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 693/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 356, 363, 370 e 379/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 264, 296, 293, e 425/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 011, 012 e 013/98.

Levanta-se a sessão.